

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.486.904 - RJ (2019/0105934-3)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : VICTOR FERREIRA DOREA DOS REIS
AGRAVANTE : V F DOREA DOS REIS LOCACAO DE MAQUINAS E
TERRAPLANAGEM
ADVOGADO : GUSTAVO JORGE LIRA DE ASCENCAO ALMEIDA - RJ175734
AGRAVADO : RITA DE CASSIA RINALDI DOS SANTOS - ESPÓLIO
REPR. POR : CARLOS RINALDI KU SOTO - INVENTARIANTE
ADVOGADO : MARCOS TADEU DA LUZ CARVALHO - RJ107054

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por VICTOR FERREIRA DOREA DOS REIS e OUTRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

REINTEGRAÇÃO DE POSSE AQUISIÇÃO DA POSSE DE BENS SUB JUDICE PELA AUTORA DA HERANÇA DEMONSTRADA PELA DA CLÁUSULA CONSTITUTI INSCRITA NA ESCRITURA DE COMPRA E VENDA DOS IMÓVEIS DIREITO QUE PASSOU A INTEGRAR O ESPÓLIO AUTOR APÓS A MORTE DA POSSUIDORA EM 1996 NOS TERMOS DO ART 1206 DO CC NÃO USO DA COISA QUE NÃO IMPLICA POR SI SÓ PERDA DA POSSE ANTE A AUSÊNCIA DE PROVA DE ATO DE DESPOJAMENTO REAL E EFETIVO DO BEM POR QUALQUER DAS PESSOAS QUE AFIRMARAM TER CEDIDO A POSSE QUE DETINHAM AOS RÉUS ORA APELADOS INSUSTENTABILIDADE DA TESE DEFENSIVA DE QUE A POSSE EXERCIDA PELOS RÉUS ERA DE BOA-FÉ PROVAS CARREADAS AOS AUTOS PELOS RÉUS QUE INDICAM A CELEBRAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO SIMULADO COM O FIM ILÍCITO DE LEGITIMAR SUA POSSE INJUSTA E CONTÉM DIVERSAS CONTRADIÇÕES ENTRE SI REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR PROCEDENTE O PLEITO REINTEGRATÓRIO CONDENAÇÃO DOS RÉUS AO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO PLEITEADA PELO AUTOR ALÉM DE MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DE OFÍCIO PROVIMENTO DO APELO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea *a* do permissivo constitucional, alega violação do art. 1196 do CC, no que concerne à comprovação da posse do imóvel por parte do recorrido, trazendo os seguintes argumentos:

Em que pese toda argumentação utilizada pelo Tribunal *a quo* para dar provimento ao Recurso de Apelação, certo é que não houve manifestação acerca da aplicação do art. 1.196 do Código Civil, bem como, não foi seguido o entendimento já expressado pelos Tribunais Superiores. Explica-se: Considerando que o RECORRIDO não possui o *corpus* e o *animus domini* da posse, conforme determina a jurisprudência, não podendo assim, exercer sobre os imóveis o direito de posse. O RECORRIDO jamais deu aos imóveis qualquer destinação social, não tendo comprovado nos autos que habitava, ainda que com eventualidade, ou que realizou qualquer ato de posse sobre os aludidos lotes. Em outras palavras, O RECORRIDO ABANDONOU OS IMÓVEIS. Já em contrapartida, o próprio RECORRIDO declara e afirma através das fotos de fls. 61/66 o *animus possidendi* e a efetiva posse dos RECORRENTES sobre os imóveis (art. 1196, CC), ao confirmar a existência de cadeado no portão de acesso e de ligações de ramais de água a luz em nome do primeiro RECORRENTE (fl. 396).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea *c*, aponta divergência jurisprudencial quanto à interpretação do art. 1196 do CC, e traz os seguintes paradigmas para comprovar o dissídio: RECURSO ESPECIAL n. 1.325.139/RN e RECURSO ESPECIAL n. 1.003.305/DF.

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que quanto à alegação

de existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea *a* e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea *c*.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso" (AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de maio de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente